



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 137/XIII/ 4.ª SL

Aos 27 dias do mês de setembro de 2018, pelas 17:30 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

*Audiência do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão (CGS) da ADSE, Dr. João Proença, para abordar questões sobre o funcionamento da ADSE, as competências do CGS, principais preocupações e relacionamento com a Assembleia da República.*

Audiência do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão (CGS) da ADSE, Dr. João Proença, para abordar questões sobre o funcionamento da ADSE, as competências do CGS, principais preocupações e relacionamento com a Assembleia da República.

Antes de iniciar a reunião, o Presidente deu nota de ter recebido, há minutos, a seguinte informação: «O Governo aprovou uma Resolução do Conselho de Ministros que assegura o apoio financeiro à construção e fiscalização da empreitada, bem como à aquisição de equipamento médico e hospitalar estrutural do futuro Hospital Central da Madeira. O referido apoio financeiro está de acordo com a programação prevista no quadro dos projetos plurianuais e é determinado em cooperação com o Governo da Região Autónoma da Madeira, no respeito pelo princípio da solidariedade nacional e nos termos da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, salvaguardando o interesse público».

De seguida, o Presidente cumprimentou a delegação do Conselho Geral e de Supervisão (CGS) da ADSE, que era constituída por João Proença, Presidente, Conceição Portela, representante do Ministério da Saúde, Francisco Braz, membro eleito pelos beneficiários, José Abraão, representante da FESAP e Pedro Cegonho, representante da ANAFRE. Deu a palavra ao Presidente do CGS da ADSE para, numa intervenção inicial, apresentar as razões do pedido de audiência.

João Proença começou por apresentar cumprimentos e fazer uma apresentação inicial para abordar questões relacionadas com o funcionamento da ADSE, as preocupações do CGS e o seu relacionamento com a AR. Fez o historial do percurso da ADSE desde o início, em que era obrigatória a inscrição de todos os funcionários do Estado, até à



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 137/XIII/ 4.ª SL

presente data, em que é voluntária. Referiu os principais problemas relacionados com a utilização dos recursos da ADSE, com a regularização das dívidas das Regiões Autónomas, e o alargamento a novas inscrições a fim de rejuvenescer a base dos beneficiários. A finalizar esclareceu que todas as funções da equipa são desempenhadas pro bono, não estando sequer a ser pagas ajudas de custo. Distribuiu os seguintes documentos, dos quais apenas um não foi aprovado por unanimidade: parecer n.º 1-2017, parecer n.º 1-2018, parecer n.º 2-2018, parecer n.º 5-2018, parecer n.º 9-2018 e pareceres do CGS.

Francisco Braz registou a importância da eleição deste órgão da ADSE, que veio contribuir para a sua estabilidade, abordou a questão do recurso aos cuidados privados e frisou que o alargamento da base dos beneficiários é uma questão de justiça.

José Abraão, da FESAP, que representa 35 sindicatos e associações, considera que o alargamento das inscrições na ADSE é essencial porque cria condições para a sua sustentabilidade, que devem ser atualizadas as tabelas de pagamento, que considera excessiva a intervenção do Governo na cativação das verbas da ADSE e que se deve disciplinar o excesso e o abuso. Falou do assédio que é feito a profissionais do SNS para se mudarem para o privado.

O Presidente agradeceu as informações prestadas, esclarecendo que o CGS pode pedir audiências aos grupos parlamentares, dado que são eles que apresentam as propostas de alteração ao OE.

Para comentar e fazer perguntas usaram da palavra os Deputados Ricardo Baptista Leite, que perguntou se faz sentido que a ADSE passe a pagar serviços públicos e se cidadãos do setor privado poderão incorporar a ADSE; Sara Madruga da Costa, que perguntou quais as perspetivas de resolução do diferendo entre a ADSE e a RAM; António Sales, que perguntou qual é o impacto do alargamento do universo da ADSE, qual o desfecho que se antevê para as negociações com os hospitais privados e qual a importância de uma nova lei de bases na saúde no novo paradigma da ADSE; Moisés Ferreira, que considera inaceitável a chantagem da Associação Portuguesa da Hospitalização Privada (APHP), perguntando afinal de que se trata; Ana Rita Bessa, que perguntou se o novo modelo organizativo precisa de ser aperfeiçoado e se o CGS tem assento nas negociações com a APHP, e Paula Santos, que disse que a inscrição na ADSE deve ser alargada a todos os trabalhadores que prestam funções públicas,



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 137/XIII/ 4.º SL

designadamente Hospitais EPE e pretende saber qual foi o desfecho da reunião entre o grupo privado e os responsáveis da ADSE.

O Presidente do Conselho Geral e de Supervisão (CGS) da ADSE prestou todos os esclarecimentos, dizendo que deve haver rigor na gestão e no combate à fraude, que não se deve permitir a inscrição indiscriminada, apesar de ser preciso rejuvenescer a base de beneficiários, que está envelhecida e com muita despesa e que estão confortáveis com o atual modelo da ADSE.

José Abraão considerou excessiva a intervenção da tutela no que se refere às cativações da ADSE, frisou que o alargamento não pode ser para todos e que a redução das contribuições deve ser compensada com novas inscrições. Disse que é urgente que as tabelas relativas às comparticipações sejam atualizadas.

Francisco Braz disse que o alargamento para novas inscrições não tem só a ver com a sustentabilidade da ADSE, é uma questão de justiça.

O Presidente da Comissão agradeceu a disponibilidade e as informações.

A reunião foi encerrada às 19:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo o vídeo/gravação ser acedido [aqui](#).

Palácio de São Bento, 01 outubro 2018.

**O PRESIDENTE**

  
**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 137/XIII/ 4.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Catarina Marcelino  
Eurídice Pereira  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
João Marques  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luís Vales  
Marisabel Moutela  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
Ana Rita Bessa  
Paula Santos  
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Simão Ribeiro  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Jorge Falcao Simões  
José Luís Ferreira  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Miguel Santos  
Teresa Caeiro